

## **RESEX Baía de Iguape – Histórico, desafios e estratégias de gestão.**

Rodolpho Antunes Mafei

ICMBio/RESEX Baía de Iguape

### **Histórico e contexto**

As reservas extrativistas surgiram como atendimento a demanda de líderes seringueiros da Amazônia, que reivindicavam uma apropriação de seus territórios de extração da seiva da seringueira diferente daquele proposto nos moldes da reforma agrária (CGREX, 2007) . São então criadas as primeiras RESEX no Acre no início dos anos 1990, regulamentadas pelo Decreto nº. 98.897/90, tendo enfoque no uso sustentável dos recursos florestais.

Por conta da realidade análoga vivida pelas comunidades extrativistas pesqueiras em diversas regiões do Brasil, onde a questão de domínio do espaço pesqueiro é um ponto fundamental, o conceito de Reservas Extrativistas é então ampliado para os territórios pesqueiros (Cardoso, 2003). São então criadas a RESEX de Pirajubaé, no ano de 1992 em Santa Catarina, seguida da RESEX de Arraial do Cabo, em 1997 no Rio de Janeiro.

Com o advento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (“SNUC”, Lei 9.985/2000), as Reservas Extrativistas passam a configurar como uma das categorias de unidade de conservação do tipo uso sustentável, que permite a exploração econômica parcial de seus recursos. O objetivo das Reservas Extrativistas é de compatibilizar a conservação da natureza com a exploração sustentável de parte de seus recursos naturais, aliando o desenvolvimento sócio-econômico à valorização da cultura e das tradições populares. Hoje temos cerca de 60 Reservas Extrativistas, todas federais, em 17 estados brasileiros, representando os biomas Amazônia, Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica (ecossistemas costeiros).

A RESEX Baía de Iguape foi criada em 11 de agosto de 2000 (Decreto Presidencial s/n), e sua área é constituída por praticamente todo o sistema estuarino da Baía de Iguape, da foz do Rio Paraguaçu até a Ilha de Monte Cristo, incluindo a faixa terrestre de manguezal. Desta área de pouco mais de 8.000 hectares fazem uso ao menos 4.000 famílias (baseado em registros nas colônias de pescadores) que residem nas diversas comunidades no entorno da baía.

Por conta da enorme quantidade de africanos trazidos como escravos para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar no Recôncavo, várias dessas comunidades

são remanescentes quilombolas, que se adaptaram à atividade pesqueira, e que preservam aspectos muito importantes da cultura africana na Bahia. Estas comunidades ainda tiveram forte integração com as populações indígenas, inclusive na absorção de técnicas de pesca utilizadas pelos nativos, o que resultou em uma pesca extremamente especializada e eficiente, aumentando a pressão sobre os recursos pesqueiros.

### **Desafios e Estratégias de Gestão**

Em novembro de 2008, em Maragogipe, foi realizado o 2º. Encontro das Reservas Extrativistas da Bahia, reunindo as comunidades extrativistas e os servidores das quatro reservas extrativistas da Bahia: Baía de Iguape, Canavieiras, Corumbau e a então recém-criada Cassurubá. Neste encontro foi realizado um diagnóstico participativo abordando os principais problemas e demandas observados pelas comunidades em cada reserva.

As comunidades extrativistas da RESEX Baía de Iguape citaram como suas principais demandas: a elaboração do Plano de Manejo da unidade; o combate à pesca com explosivos; o enfrentamento aos grandes empreendimentos (em especial a Usina Hidrelétrica de Pedra do Cavalo e o Pólo Estaleiro Naval). Outros problemas comumente relatados são: deficiência na comunicação da equipe gestora com as comunidades; aterramento de áreas de mangue; problemas com a fiscalização dos diferentes órgãos; dificuldades de comercialização do pescado.

Como o Plano de Manejo serve de eixo estratégico para lidar com os problemas e alcançar as metas esperadas, trataremos deste primeiramente. Este plano deve, portanto, abordar todos os temas subsequentes.

#### **- Plano de Manejo Participativo da RESEX Baía de Iguape:**

Ao contrário dos primeiros anos em que esteve em vigor a Lei do SNUC (Lei 9.985/00), hoje os Planos de Manejo não são mais vistos como extensos documentos onde deveria estar descrita toda a fauna e flora da unidade, assim como aspectos ecológicos detalhados. Hoje existe uma visão mais pragmática dos Planos de Manejo, de que estes devem cumprir sua função de planejamento, incluindo diagnóstico dos problemas enfrentados, definição de estratégias de ação, e no caso das reservas extrativistas, um Plano de Utilização dos recursos naturais.

Outra mudança percebida foi em relação à forma de elaboração dos Planos de Manejo, onde no início havia um debate sobre se deveriam ser feitos integralmente pela

equipe do órgão gestor ou se deveriam ser feitos via contratação de consultoria. Os dois modelos apresentavam problemas: o primeiro esbarrava na carência de servidores dos órgãos públicos; o segundo apresentava problemas com consultorias que, estando distantes da realidade de trabalho das unidades, elaboravam planos que não atendiam às necessidades locais. Hoje a tendência é de elaboração de planos que sejam elaborados pelas equipes gestoras, sob coordenação dos grupos de trabalho, e tendo como suporte parcerias com universidades e a contratação de consultorias para tratar de temas específicos.

No caso das reservas extrativistas, estas foram agraciadas com norma específicas para reger a elaboração de seu Plano de Manejo e a criação do Conselho Deliberativo (Instruções Normativas ICMBio nº. 1 e 2 de 2007).

Visando a realização do Plano de Manejo Participativo da RESEX Baía de Iguape, o primeiro passo foi a articulação com as instâncias superiores do ICMBio para a liberação de recursos. Para um primeiro diagnóstico de contextualização da unidade foram utilizados recursos do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Depois conseguimos a liberação que recursos que estavam detidos na Câmara de Compensação Ambiental, referentes às obras do Gasoduto Cacimbas-Catu (atual GASENE), que serão disponibilizados durante o ano de 2011.

No momento atual está sendo definido pelo Grupo de Trabalho Plano de Manejo Participativo da RESEX Baía de Iguape o Plano de Trabalho para elaboração do mesmo. O Grupo de Trabalho conta com a participação da equipe do ICMBio, de representantes de nove comunidades locais, das duas colônias de pescadores, da Prefeitura de Maragjipe, da Comissão Pastoral da Pesca, do INGÁ, e das universidades locais, UFRB, UEFS, UFBA e UESC.

Na elaboração do Plano de Manejo será realizado um diagnóstico sócio-econômico detalhado sobre a comunidade pesqueira beneficiária da RESEX, e serão propostos programas específicos para lidar com os problemas apontados, como é o caso do baixo valor de comercialização do pescado, e outros.

- Estrutura de gestão:

A RESEX Baía de Iguape contou entre sua criação em 2000 até 2007 com apenas um servidor. De 2007 a 2010 contou com dois servidores e em 2010 ganhou um terceiro servidor. Estes números estão muito aquém da demanda, uma vez que as atividades na unidade envolvem: diagnosticar e monitorar problemas existentes nas

comunidades, organizar reuniões e presidir o Conselho Deliberativo, elaborar o Plano de Manejo, fazer a representação institucional, fiscalização (envolvendo monitoramento prévio, planejamento, execução e acompanhamento dos processos de autuação), acompanhar processos de licenciamento de empreendimentos no entorno e interior da reserva, resolução de conflitos fundiários, elaboração e execução de programas sócio-econômicos, educação ambiental, além de toda gestão administrativa (aplicação de recursos de suprimentos para a aquisição de material de consumo, contratação de serviços, manutenção de veículos, etc). Para tanto, consideramos que a equipe mínima para gestão da unidade deveria ser composta por 06 Analistas Ambientais, 01 Analista Administrativo, 01 secretária(o), 02 pilotos de lancha, 01 faxineira(o) e 03 vigias.

- Comunicação da equipe gestora com as comunidades:

O Conselho Deliberativo foi homologado no final de 2009 (Portaria ICMBio nº 83, de 15 de outubro de 2009). No ano de 2010 foram realizadas uma reunião extraordinária e apenas três reuniões ordinárias (a proposta inicial era de um mínimo de 4 reuniões ordinárias anuais), em função da greve do ICMBio no primeiro semestre. No momento, está sendo elaborado o regimento interno do Conselho, onde será verificada a representatividade das comunidades nas cadeiras deste Conselho, de modo a melhorar a integração das comunidades entre si e com a equipe gestora.

Vem sendo estudada a proposta de reuniões itinerantes do Conselho, de modo com que os Conselheiros possam conhecer a realidade de cada uma das comunidades. Tal proposta depende de recursos financeiros, uma vez que encarece substancialmente os custos de realização de uma reunião.

Além do Conselho, outras formas de integração propostas incluirão as próprias reuniões de elaboração do Plano de Manejo, e a realização de reuniões temáticas nas comunidades para tratar de temas particulares, e mais adiante a instalação de sistema de rádio nas comunidades para comunicação direta com a sede da RESEX.

- Pesca com explosivos e proteção ambiental:

O monitoramento ambiental na RESEX Baía de Iguape e em outras unidades esbarra na falta de servidores. Por conta disso o monitoramento de rotina acaba sendo substituído por operações de fiscalização esporádicas, que são insuficientes para manter um controle ambiental sobre as unidades. Para suprir a demanda de pessoal e conseguir um monitoramento efetivo da unidade, estamos firmando um Termo de Reciprocidade

com a Prefeitura de Maragogipe, com o intuito de que esta disponibilize 20 servidores da sua Guarda Municipal para apoiar as ações de monitoramento da RESEX Baía de Iguape.

Está sendo estudada a possibilidade de aquisição de nova lancha e de sistema de rádio-comunicação para suprir as demandas de monitoramento da unidade.

Em novembro de 2010 foram realizadas oficinas de integração entre as equipes de fiscalização do IBAMA e do IMA, com a participação dos mestres de rede de Nagé, para esclarecer e padronizar as normas de fiscalização.

- Grandes empreendimentos poluidores e potencialmente poluidores:

Ações: levantamento dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental em toda a área de influência da RESEX, avaliação de condicionantes ambientais propostas (caso de Estaleiro do Paraguaçu), acompanhamento dos Termos de Ajustamento de Conduta celebrados pelo Ministério Público Federal.

- Aterramento de área de mangue:

Com as ações de elaboração do Plano de Manejo será feito um mapeamento detalhado das áreas de manguezais ocupadas irregularmente desde a criação da unidade, incluindo um diagnóstico de habitações em áreas de risco. Num primeiro momento priorizaremos inibir novas ocupações, para então buscar recursos junto a programas habitacionais do Governo Federal para a realocação.

### **Referências**

Cardoso E S, 2003. Da apropriação da natureza à construção de territórios pesqueiros. Espaço e Tempo, GEOUSP, São Paulo, n°. 14, PP. 119 – 125.

CGREX – Coordenação Geral de Criação e Gestão de Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, 2007. Relatório de avaliação da gestão 2003-2006. IBAMA, Brasília.